

Centro é pioneiro no tratamento de anemia falciforme

Publicado por [Da Redação](#) em 7 de julho de 2015 - 18:00 - Categoria: [Saúde](#)

Luiza Caires, do USP Online

lucaires@usp.br ^[1]

O Centro de Terapia Celular (CTC), um dos Centros de Pesquisa, Inovação e Difusão (CEPIDs) da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), sediado na USP, é pioneiro na realização do transplante de células-tronco hematopoiéticas (TCTH), que já é feito para doenças como leucemia e linfoma. A partir de agora, o procedimento é uma possibilidade, via SUS, também para os casos graves da anemia falciforme – doença hereditária de maior ocorrência no Brasil. O CTC já ofereceu o tratamento experimentalmente para 27 pacientes, com alta taxa de cura.



[2]

Tratamento no SUS consistia no uso da hidroxiureia e transfusões

“O transplante já é aceito mundialmente há alguns anos, e desde 2009 temos solicitado ao Ministério da Saúde a sua liberação pelo SUS – até porque é o único tratamento com possibilidade de cura para a doença, com um índice de 95% de sucesso”, conta a hematologista Belinda Pinto Simões, pesquisadora da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (FMRP), membro da Sociedade Brasileira de Transplante de Medula Óssea (SBTMO) e do CTC.

Belinda avalia como fundamentais nas discussões que levaram o Governo a liberar o procedimento as pesquisas realizadas em Ribeirão Preto. Foram

estudados diversos aspectos do transplante, que têm algumas particularidades no caso de portadores da anemia falciforme. Para aprimorar ainda mais o procedimento, os pesquisadores se concentram agora em questões como a recuperação imunológica dos transplantados, e a reversão de marcadores da doença nestes pacientes.

Até agora, o tratamento da doença realizado no âmbito do SUS para controlar os sintomas consistia no uso de um agente quimioterápico, a hidroxiureia, além de transfusões de sangue, o que pode causar uma sobrecarga de ferro no organismo. “Com o transplante, as células doentes são substituídas, evitando expor o paciente aos riscos de transfusões contínuas”, explica Belinda, destacando ainda que o custo em longo prazo para o SUS acaba sendo maior do que o do transplante.

“Temos o caso de um paciente de 38 anos que a cada 15 dias fazia esse procedimento, não trabalhava e não pagava impostos. Depois do transplante, ele conseguiu estudar, tem um emprego e não custa mais nada para o governo”, relata a médica.

A portaria determina que serão indicados ao transplante os casos mais graves, como pacientes com lesão cerebral ou risco de ter devido à doença, ou quem sofra com constantes crises de priapismo (ereções prolongadas e dolorosas), por exemplo. A previsão é de que até 50 transplantes sejam realizados anualmente no SUS, considerando o número de leitos disponíveis em instituições aptas a realizar o procedimento e que é necessário que o paciente tenha irmão com possibilidade de doar células tronco da medula óssea ou do cordão umbilical.

Saúde pública

Cerca de 300 mil crianças por ano nascem com a doença falciforme no mundo, conforme dados da Organização Mundial de Saúde (OMS), 3.500 delas no Brasil. A doença se manifesta nos seis primeiros meses de vida do bebê sendo a principal forma de diagnosticá-la o “Teste do Pezinho”.

A patologia é mais comum em afrodescendentes, e como o Brasil é um país miscigenado, a doença se tornou um problema de saúde pública, com maior número de casos encontrados na Bahia, no Rio de Janeiro e em Minas Gerais – atingindo principalmente classes mais baixas, já que no País etnia e baixa renda infelizmente ainda coincidem.

Foto: Marcos Santos/ USP Imagens

Com informações da FMRP e da assessoria de imprensa da SBTMO

Mais informações: bpsimoes@fmrp.usp.br [1]

Artigo impresso de Agência USP de Notícias: **<http://www.usp.br/agen>**

URL do artigo: **<http://www.usp.br/agen/?p=213710>**

© Agência USP de Notícias - Universidade de São Paulo